



CONSTRUINDO O NOVO IPC

ORIENTAÇÕES BÁSICAS

ANA PAULA DE OLIVEIRA VIEIRA
ENIO RODRIGUES DA ROSA

CURITIBA
2014



CONSTRUINDO O NOVO IPC

ORIENTAÇÕES BÁSICAS

ANA PAULA DE OLIVEIRA VIEIRA
ENIO RODRIGUES DA ROSA

CURITIBA
2014

EXPEDIENTE



Instituto Paranaense de Cegos (IPC)

Av. Visconde de Guarapuava, 4186 - Batel

Curitiba - Paraná | CEP 80250-220

Tel.: 55 (41) 3342-6690

E-mail: novoipc@novoipc.org.br

Site: www.novoipc.org.br

Cartilha

Construindo o novo IPC: orientações básicas

Produção

Enio Rodrigues da Rosa

Mestre em educação e Diretor Geral do IPC

Ana Paula de Oliveira Vieira

Especialista em Educação Especial e Professora da Escola Prof. Osny Macedo Saldanha (IPC)

Programação visual

Editora ARDesign

(41) 9185-0195

Impressão

WL Impressões

www.wlpressoes.com.br | (41) 3032-7800

Tiragem

3.000 exemplares

Este texto poderá ser reproduzido, desde que citado a fonte.

Sumário



Apresentação.....	4
Noções gerais sobre como se relacionar com pessoas com deficiência.....	6
Terminologia.....	6
Orientações básicas.....	11
Breves considerações sobre as pessoas com baixa visão.....	12
Como agir em situações do cotidiano no relacionamento com pessoas cegas.....	13
Referências bibliográficas.....	22

Apresentação

“... a verdadeira grandeza humana está na prática da bondade incondicional, na capacidade de dar aos que nada têm não o que nos sobra, mas uma parte do pouco que temos. Dar até doer, e não fazer política nem pretender prerrogativas com essa ação, muito menos praticar a enganosa filosofia de obrigar os outros a aceitar nossos conceitos do bem e da verdade por (acreditarmos) serem os únicos possíveis e por, além disso, deverem estar agradecidos pelo que lhes demos, mesmo que não o tivessem pedido”. (PADURA, 2013).

A formulação desse material surgiu como uma necessidade de resposta e esclarecimento ao percebermos que ainda hoje, depois de enormes progressos e avanços nos campos da ciência, da educação e da cultura, algumas pessoas, equivocadamente, continuam utilizando terminologias já fora de uso ou com “prazo de validade” expirado, além de também afirmarem que essa discussão é uma questão menor.

Por não concordarmos com essa ideia, já que palavras são sempre carregadas de efeitos de sentido, discorreremos sobre o tema com o objetivo de elucidação. Se a sociedade ainda não conseguiu se apropriar das terminologias corretas, é porque as ideias equivocadas ainda estão enraizadas nas consciências individuais e no imaginário coletivo. Assim, precisamos mudar o nosso jeito de pensar para mudar o nosso jeito de agir, pois se continuamos fazendo e agindo do mesmo jeito, apenas continuaremos reproduzindo velhas práticas e velhos valores eivados de equívocos e preconceitos.

A construção coletiva de uma nova sociedade, mais justa e socialmente mais igualitária, deve começar sendo edificada com base em novos valores sociais e humanitários. Por isso, a reformulação de conceitos e valores sobre as pessoas com deficiência, se não é necessariamente o mais importante passo na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, pelo menos é o mais simples e está ao alcance de todas as pessoas, indistintamente.

Desse modo, se cada um tem as informações corretas e continua fazendo errado, significa dizer que cada indivíduo tem, no mínimo, uma parcela de responsabilidade com as coisas erradas que acontecem na nossa sociedade. Portanto, o uso de terminologias e expressões equivocadas nas abordagens e nas relações com as pessoas com deficiência visual, a partir da leitura desta pequena publicação, é uma escolha pessoal e não contribui em nada com a construção de uma sociedade inclusiva.

Desta forma, se você gostar do material e, ao final, compreender que ele pode contribuir na formação de uma nova forma de pensar e agir quando estiver diante de pessoas com deficiência visual, então, sugira aos seus colegas e seja efetivamente mais uma pessoa engajada e comprometida com a reformulação de conceitos e valores nas relações sociais.

No entanto, existe ainda uma maneira muito mais efetiva de você contribuir com as pessoas com deficiência visual. Se você conhece ou sabe de alguém que conhece pessoas cegas ou com baixa visão que não estão participando do Instituto Paranaense de Cegos (IPC) ou de qualquer outra instituição que presta serviços especializados nesta área, sugira ou oriente que elas nos procurem.

Os serviços especializados que o IPC oferece são gratuitos e poderão contribuir muito no processo de habilitação ou reabilitação social das pessoas com deficiência visual, já que, segundo dados do IBGE, obtidos no censo de 2010, somente no município de Curitiba são mais de 40.000 pessoas com deficiência visual. Dessas, de acordo com levantamento preliminar, não temos mais de duas ou três mil frequentando os poucos serviços especializados existentes na capital e na Região Metropolitana.

Descobrir onde essas pessoas estão e se participam de atividades sociais especializadas ou não, avaliamos que é uma tarefa de todos aqueles que sonham e lutam pela inclusão social das pessoas com deficiência visual.

Desejamos uma boa leitura e contamos com a sua participação na construção de uma nova sociedade.

Noções gerais sobre como se relacionar com pessoas com deficiência

Neste item, faremos breves considerações sobre o emprego inadequado de alguns conceitos e transmitir algumas orientações básicas sobre como se relacionar com as pessoas com deficiência visual.

Terminologia

Com a ratificação, pelo Brasil, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro como emenda constitucional (Decreto Legislativo nº. 186, de 9 de julho de 2008), a terminologia “pessoa com deficiência” passa a ser adotada oficialmente. A convenção correlaciona a questão das deficiências com os problemas e os obstáculos existentes na sociedade, quando afirma: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir [ver obstruída] sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (BRASIL, 2007).

De acordo com esta perspectiva filosófica e jurídica, a deficiência deixa de ser uma questão individual, localizada na pessoa e passa também a ser uma questão social. Para alguns juristas e especialistas, a deficiência está principalmente na sociedade, à medida que esta não garante as plenas condições de acessibilidade arquitetônica e de comunicação a todas as pessoas com deficiência. Sem essas condições asseguradas, as pessoas com deficiência são impedidas de exercer a sua plena participação em todas as esferas da vida social.

No que diz respeito às mudanças de terminologias, o Professor José Geraldo Silveira Bueno faz a seguinte observação:

“... a substituição da terminologia é usualmente encarada como reflexo de posições mais democráticas ou de crença nos valores humanitários ou, mais ainda, que respondem unicamente ao desenvolvimento científico sem que se leve em conta que o conhecimento do homem sobre ele mesmo é construído sobre fenômenos em que este mesmo homem é também seu produtor”. (SILVEIRA BUENO, 1993).

De fato, olhando para a história, vamos constatar que as mudanças de terminologias guardam sempre relações com determinadas alterações que estão ocorrendo no conjunto da sociedade. Ao longo dos tempos, diversos termos foram utilizados para definir as pessoas com deficiência.

Pessoas com deficiência de certos segmentos, já foram consideradas “monstruosas”, “débeis mentais”, “idiótas”, “mongolóides”, “defeituosas” e “imbecis”. Outras foram chamadas de “aleijadas”, “mancas”, “cochas”, “manetas”, “tortas”, entre outros termos pejorativos que desqualificavam a pessoa humana.

Outros dois segmentos sempre tiveram termos mais precisos, sem muitas variações. A pessoa surda sempre foi surda e continua sendo surda. A pessoa cega sempre foi cega e também continua sendo cega. As pessoas cegas e as pessoas surdas atravessaram toda a história da humanidade e ainda hoje o termo correto continua sendo o mesmo.

Aliás, esses dois segmentos de pessoas sempre lutaram para não serem confundidas com outras deficiências. Não é por outra razão, que estamos vendo, por exemplo, a “comunidade surda” lutando pelo reconhecimento de uma identidade e o uso da sua língua específica - Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

No entanto, nem mesmo esses dois segmentos de pessoas escaparam do uso de termos pejorativos, como: “ceguinho”, “surdinho”, “pobrezinhos”, “coitadinhos”, entre outros, que foram e ainda são utilizados como forma de diminuir e desqualificar a dignidade humana desses indivíduos.

Além disso, como integrantes desses dois segmentos estão as pessoas com deficiência auditiva e as pessoas com baixa visão. Não é qualquer perda auditiva ou visual que caracteriza essas pessoas com uma dessas deficiências. Existe legislação que define qual o grau de perda a partir do qual essas pessoas são consideradas com deficiência.

Outras terminologias, ainda muito utilizadas, também já perderam seu “prazo de validade”. Inserido na Constituição Federal de 1988, o termo “portador”, é um dos exemplos. A deficiência é uma condição inerente a pessoa e não algo que ela possa se desfazer quando não interessa mais. A pessoa não porta deficiência hoje e amanhã deixa de lado como se ela fosse uma bolsa. Da mesma forma que não portamos deficiência, também não portamos necessidades especiais.

Uma pessoa pode possuir necessidades especiais, mas não portar necessidades especiais. Necessidades são necessidades e são especiais ou não, dependendo de inúmeros fatores e circunstâncias que não estão apenas diretamente relacionadas às pessoas com deficiência. Aliás, no caso destas, ultimamente, vem sendo utilizado mais o termo necessidades específicas.

Por conta das tais necessidades especiais, surgiram expressões do tipo: “pessoa especial”, o “especial”, “olha lá, os especiais”. Já por conta da inclusão, surgiu o termo pior de todos: o aluno “incluso”. Com esta “pérola”, a impressão é que o seu criador queria mesmo era dizer o aluno “intruso” ou “indesejado”.

Ainda devemos lembrar dos termos: “a pessoa deficiente”, “o deficiente”. Quando dizemos que “a pessoa é deficiente”, negamos ou esquecemos que a deficiência se constitui numa particularidade específica e consideramos que toda a pessoa é deficiente. Portanto, dizer que o todo da pessoa é deficiente, é o mesmo que dizer que esta pessoa é toda estragada, é totalmente inútil, imprestável para nada, inservível ou descartável.

Um último esclarecimento mais geral deve ser feito em relação ao termo excepcional. Esse termo chegou ao Brasil junto com a APAE- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, em 1954. Embora as APAES ainda mantenham o excepcional no nome, o termo já é ultrapassado. No início, era uma terminologia guarda-chuvas, ou seja, abrigava no seu interior todas as áreas das deficiências e, por conseguinte, praticamente todas as pessoas com deficiência que necessitavam de atendimentos, eram encaminhadas para as APAES.

Devemos destacar, contudo, que ao falamos em pessoa com deficiência, devemos esclarecer que estas estão distribuídas em cinco áreas, cada uma delas com suas particularidades e especificidades que não podem ser desconsideradas nem tampouco confundidas, como ainda vemos por aí, inclusive nas políticas públicas.

- Área da deficiência visual, na qual estão as pessoas cegas e as pessoas com baixa visão.
- Área da deficiência auditiva, na qual estão as pessoas surdas e as pessoas com perdas auditivas.
- Área da deficiência física, na qual estão as pessoas com hemiplegias, paraplegia, tetraplegia, paralisados cerebrais, entre outras tantas e diversas situações.
- Área da deficiência intelectual, na qual estão as pessoas com deficiência intelectual. Nesta área estão aquelas pessoas que antes eram chamadas pessoas com deficiência mental.
- Área das múltiplas deficiências, na qual estão as pessoas com duas ou mais deficiências associadas.

No entanto, no caso da surdocegueira, cabe um esclarecimento importante. Existe uma discussão aberta, se a surdocegueira deve estar numa área própria ou em uma ou nas duas áreas relacionadas: na visual e na auditiva. Pelas suas características muito específicas e pelo grau de complexidade, compreendemos que ela deveria estar numa área própria.

Portanto, se realmente pretendemos reformular conceitos educacionais, valores culturais e éticos, devemos começar mudando a nossa forma de compreender e se relacionar com as pessoas com deficiência.

Certas pessoas afirmam que o mais importante não é o uso correto dos termos, mas as intenções que estão por trás das ações que praticam. Com algumas reservas, poderíamos até aceitar esta tese se não soubéssemos que as ações e as palavras são carregadas de significados. “Quem não sabe interpretar uma palavra, não sabe o que vai na alma”.

Realmente, as palavras nada mais são do que a expressão do nosso pensamento. Se continuarmos utilizando o termo portador e tantos outros que já estão ultrapassados ou fora do prazo de validade, é porque simplesmente externalizamos com palavras aquilo que realmente ainda está no nosso pensamento.

Nesta perspectiva, palavras não são apenas palavras, elas são a expressão do pensamento. E como tal, elas carregam significados e intencionalidades.

Por isso, devemos compreender que:

“O discurso do ambiente adulto que rodeia a criança, com os seus significados constantes e definidos, determina as vias de desenvolvimento das generalizações infantis, o círculo de formações complexas. A criança não escolhe o significado para a palavra, este lhe é dado no processo de comunicação verbal com os adultos. A criança não é livre para construir os seus complexos, ela já os encontra construídos no processo de compreensão do discurso do outro”. (VIGOTSKI, 2001).

De fato, quando a criança chega ao mundo, ela está rodeada por objetos e signos. Num primeiro momento, é pela palavra que ela vai aprender os significados presentes no meio social onde vive. Se no ambiente onde ela vive os termos e o modo de se relacionar com as pessoas com deficiência são eivados de preconceitos e outros equívocos, ela aprenderá os termos errados e depois reproduzirá os preconceitos que recebeu dos adultos.

Contudo, é interessante destacar que mesmo adultos e crianças que foram ensinados com termos errados e modo equivocado de relacionar-se com as pessoas com deficiência, podem reformular os seus conceitos e estabelecer novas formas de relacionamento. E isso é possível através de processos educacionais (formais e não formais) desenvolvidos com o propósito de formar uma nova cultura sobre os direitos humanos, na qual o respeito à diversidade seja valorizado e considerado como uma das características intrínsecas da pessoa humana.

Orientações básicas

Depois desses esclarecimentos, vamos socializar algumas orientações sobre como se relacionar com pessoas cegas ou com baixa visão.

Inicialmente, devemos esclarecer que a deficiência visual diz respeito a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas, hereditárias ou adquiridas, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. No quadro das deficiências visuais estão incluídas a cegueira e a baixa visão. A primeira pode ser caracterizada pela impossibilidade da pessoa em perceber os estímulos visuais, no sentido de poder utilizá-los nas tarefas do cotidiano. Já a segunda, refere-se a uma significativa perda da capacidade de ver, que exige algumas adaptações para que a pessoa possa utilizar seu resíduo visual para dar conta de algumas tarefas.

Na relação com uma pessoa com deficiência visual, devemos romper com a tradicional ideia de que os cegos vivem na escuridão. Para os cegos congênitos, o claro e o escuro, bem como as demais cores só existem como instrumentos práticos, não fazendo parte de uma experiência subjetiva. Já as pessoas que perdem a visão ao longo da vida, mesmo cegas, conseguem reter as imagens aprendidas nas experiências de outrora. Com isso, elas conseguem articular essas experiências com as novas situações de sua vida e, dessa forma, mantêm a sua psique “iluminada”.

Além disso, é bom salientar que a maioria das pessoas cegas possui percepção de luz, permitindo fazer a distinção entre a claridade e a escuridão. Esta falsa ideia de que as pessoas cegas vivem na escuridão é uma invenção de quem enxerga e que não faz parte das preocupações das pessoas cegas. A cegueira incomoda muito mais as pessoas que enxergam do que as próprias pessoas cegas.

Breves considerações sobre as pessoas com baixa visão

Quanto às pessoas com baixa visão existem algumas peculiaridades que precisam ser consideradas nas relações sociais.

Entre essas pessoas existem aquelas que possuem uma visão bem reduzida e outras que apresentam uma acuidade visual maior. Essa variação depende muito do tipo da doença (patologia) e do seu estágio de desenvolvimento. As doenças mais comuns são: atrofia do nervo ótico, glaucoma congênito, catarata congênita, e lesões ou atrofias da retina.

No aspecto da locomoção, algumas pessoas com baixa visão utilizam a bengala em todos os momentos; outras a utilizam apenas à noite, pois a visão nesse período fica prejudicada; e ainda existem aquelas que não se utilizam do instrumento. O uso da bengala depende novamente de como (visão central ou periférica de um ou ambos os olhos), quanto essas pessoas enxergam e, da relação que elas têm com a deficiência visual.

Um aspecto importante a ser considerado é que, algumas vezes, em função dessa dificuldade visual atípica, a marcha da pessoa com baixa visão pode parecer “estranha”, pois ela tenta enxergar os espaços e identificar visualmente os obstáculos, mesmo quando faz o uso da bengala, uma vez que ele possui um resíduo visual que não pode ser ignorado. Socialmente, a baixa visão é menos entendida que a cegueira. As pessoas que veem um indivíduo com baixa visão se perguntam: como ele enxerga, mas não consegue ler o letreiro do ônibus? Ou ainda, como ele usa bengala e consegue ler as mensagens no celular?

Utilizando essas perguntas com referência é importante explicar a relação que a pessoa com baixa visão tem com a escrita e a leitura.

Mais uma vez essa relação depende da patologia. Assim, existem pessoas com baixa visão que enxergam letras de tamanho padrão, porém apenas a uma distancia muito pequena do papel, não enxergando letras enormes, pois essas normalmente estão a uma distancia maior. Outras pessoas leem os letreiros a distância, porém precisam de caracteres ampliados para ler de perto. Ainda há aqueles que só conseguem ler usando recursos óticos como lupas manuais ou eletrônicas e caracteres ampliados no computador. E ainda existem os indivíduos que possuem uma acuidade visual muito baixa, portanto leram em braile.

Quanto à escrita, algumas pessoas com baixa visão utilizam-se mais de letras tipo caixa- alta, já outras escrevem e leem normalmente letra cursiva.

Esses aspectos são importantes nas relações sociais uma vez que interferem na vida cotidiana, por exemplo, pegar um ônibus, ler o cardápio de um restaurante, enxergar o painel da senha, entre outras atividades.

Desse modo, em função da diversidade que envolve as pessoas com baixa visão, alguns problemas podem ocorrer em função do desconhecimento da sociedade.

Com isso, cremos que a informação sobre a baixa visão seja um instrumento importante para se conhecer e reconhecer uma pessoa nessa condição. Para evitar constrangimentos e dúvidas, o melhor é conversar com as pessoas e perguntar sobre sua dificuldade, não com o intuito meramente de curiosidade, mas realmente com o desejo de saber mais sobre essa condição visual.

Como agir em situações do cotidiano no relacionamento com pessoas cegas

Ao dirigir-se oralmente a uma pessoa cega, deve-se falar diretamente com ela em tom natural. Muitos levantam a voz, imaginando que além de

cega essa pessoa não escuta. Por isso, também é importante não modificar a voz ao cumprimentá-la, já que ela não é adivinha. Essas brincadeiras não contribuem em nada com o estabelecimento de relações interpessoais.

Quando a pessoa cega estiver muito próxima de outros indivíduos, deve-se iniciar o diálogo a chamando pelo nome, dando um leve toque em seu ombro. Isso se faz necessário devido à impossibilidade de contato visual. Se ela estiver acompanhada, não se dirija a seu acompanhante para dialogar com ela ou saber sobre sua vida.

Nunca se deve tocar (pegar) na pessoa cega sem antes estabelecer um contato verbal. Se existe o desejo de ajudar, seja na rua ou em outros ambientes, deve-se antes perguntar se a pessoa precisa de ajuda. Se houver a recusa, não há porque ficar chateado, pois quando houver a real necessidade, seremos solicitados ou não recebemos uma resposta negativa.

A pessoa cega, ao contrário do que se imagina, pode possuir uma boa noção espacial, movimentando-se pelo ambiente com independência e autonomia. Contudo, como as pessoas cegas não são todas iguais, existem aquelas que necessitam de auxílio na orientação espacial e na locomoção.

Ao explicar trajetos, deve-se utilizar os conceitos de direita, esquerda, leste, oeste, norte, sul.

Um dos principais recursos para a vida mais independente é a utilização da bengala longa, com a qual a pessoa cega localiza os obstáculos existentes na sua trajetória. Também é importante respeitar a bengala como sendo um instrumento de uso pessoal e jamais ela deve ser retirada do controle de seu usuário. É muito comum ouvirmos expressões afirmando que as pessoas cegas não querem usar a bengala. A resistência não é necessariamente com a bengala, mas sim com a dificuldade de enfrentar a nova realidade, no caso de pessoas com cegueira adquirida. Uma vez vencida esta dificuldade, praticamente todos usarão a bengala sem maiores problemas.

Normalmente, as pessoas que enxergam ficam “apavoradas” quando percebem que a bengala utilizada pela pessoa cega vai bater em algum obstáculo. O uso do instrumento tem mesmo esta finalidade: evitar que a pessoa cega bata nos objetos que estão a sua frente.

Em muitas situações, não é a pessoa cega que apresenta resistência no uso da bengala, mas sim, os familiares que ficam “atormentados” com a ideia de verem seus filhos ou companheiros (as) andando sozinhos pelas ruas. Mas, se realmente há o desejo de ajudar a pessoa cega, deve-se estimulá-la a usar a bengala.

O uso do cão-guia é um recurso de locomoção que vem sendo utilizado, contudo deve-se lembrar que ele não é o mais recomendado. Além do alto custo de manutenção; do “sacrifício” do próprio animal, que perde o direito de ser simplesmente um cão; o uso do cão como recurso de mobilidade, acaba inibindo o desenvolvimento do sentido da atenção e concentração da pessoa cega à medida que se cria uma relação de dependência com o animal.

Ao guiar uma pessoa cega, basta estar logo a frente dela e deixá-la segurar em nosso braço (um pouco acima do cotovelo). Assim, podemos desenvolver a caminhada normalmente. Durante o trajeto, é necessário alertar a pessoa que está sendo guiada, antecipadamente, sobre a existência de degraus, pisos escorregadios, buracos e obstáculos em geral.

Em espaços estreitos, por onde só é possível a passagem de uma pessoa, o guia deve colocar seu braço para trás, de modo que a pessoa cega possa continuar acompanhando com segurança. Devemos nos certificar se a pessoa cega recebeu o treinamento de mobilidade, pois se isso não aconteceu, ela talvez não tenha conhecimento desta orientação.

Para ajudar a pessoa cega a se sentar, deve-se guiá-la até a cadeira e colocar sua mão sobre o encosto da mesma, informando se esta tem braços ou não e deixar que a pessoa se sente sozinha. Não se deve ficar “socando” a pessoa cega no assento da cadeira, como se ela não fosse capaz de fazer isso sozinha.

Ao encaminhar a pessoa cega para um carro, deve-se colocar a sua mão na lateral ou maçaneta da porta e deixar que ela entre sozinha no automóvel. Pretendendo ajudar, muitas vezes vamos, literalmente, empurrando a pessoa para dentro do veículo, como se ela fosse incapaz de realizar por conta própria este movimento.

Quando se tratar do embarque num ônibus, não é necessário empurrar a pessoa cega porta adentro, como se ela fosse um mero “embrulho”. Basta que o guia suba na frente e, conseqüentemente a pessoa cega o seguirá normalmente sem nenhum embaraço para ambos.

Ao apresentar a pessoa cega a alguém, deve-se posicioná-la corretamente, ou seja, uma pessoa de frente para a outra. Ao encontrar-se ou despedir-se de uma pessoa cega, o procedimento deve ser o mesmo adotado com as demais pessoas.

É preciso tomar cuidado com o gesto de estender a mão para fazer o tradicional cumprimento. Para evitar constrangimentos tanto da parte da pessoa cega quanto da parte das demais pessoas, basta ficar atento ao movimento da pessoa que não enxerga para respondê-la adequadamente com o cumprimento. No caso de desejarmos cumprimentá-la com o gesto de estender a mão, basta aproximar-se dela tocando-a levemente, logo ela identificará a intenção.

Ao entrar num recinto onde se encontram apenas pessoas cegas, devemos nos identificar para dar ciência aos presentes sobre nossa chegada. Ao sairmos, o procedimento de aviso também deve ser o mesmo.

As pessoas cegas não têm deficiência física, portanto, podem dispor de boa destreza, não apresentando dificuldades para subir e descer escadas, para permanecer em pé, mesmo dentro de ônibus em movimento nem para fazer longas caminhadas.

Nas questões de acessibilidade, muitos pensam que a pessoa cega precisa de rampas. As rampas são necessárias para todos em algumas situações

específicas, portanto não é coerente o argumento de que as principais necessidades desses equipamentos de acessibilidade sejam as pessoas cegas.

No relacionamento com pessoas cegas, deve-se ficar à vontade para usar palavras como “veja” e “olhe”. Elas também fazem uso com naturalidade dessas expressões.

Dentro de casa ou em outros recintos, deve-se tomar cuidados para não deixar portas entreabertas, portas de armários abertas, cadeiras ou bancos nos locais de trajeto, etc. Como a pessoa cega não vê esses obstáculos, há sempre o risco de acidentes. As pessoas cegas organizam o mapa mental dos ambientes onde vivem ou frequentam regularmente. Por isso, quando precisamos fazer mudanças nos ambientes, devemos fazer com a participação das pessoas cegas, pois assim elas terão as informações para reorganizar o novo mapa mental e com isso possuírem maior autonomia.

É preciso destacar ainda que, uma das coisas que mais incomoda e deixa uma pessoa cega irritada, é quando alguém tira as coisas do lugar onde ela havia deixado. Para quem enxerga, basta um leve correr de olhos e logo enxerga-se onde estão os objetos. Para a pessoa cega, em certas situações, encontrar os objetos vira um verdadeiro “pesadelo”. Na realidade, guardada às proporções dos motivos, ninguém gosta que mexam nas suas coisas pessoais.

No momento das refeições, ao servir uma pessoa cega, quando esta não vai junto para se servir, ao trazer o prato, os talheres, o copo de suco, guardanapos, etc, deve-se dar informações verbais sobre a posição dos utensílios. Com isso, não só agimos corretamente como também evitamos pequenos acidentes. Aliás, estes, quando causados por descuidos de pessoas que enxergam, causam muita irritação naquelas pessoas que não enxergam. Todos estão sujeitos a derrubar e quebrar pratos, copos, tropeçar e cair, etc. Tudo isso é visto com certa naturalidade e encarado como pequenos acidentes comuns. Todavia, quando acontecem com as pessoas cegas, logo se culpa a cegueira, criando o estigma da culpabilidade da deficiência.

Então, o melhor procedimento é fazer com que a pessoa cega nos acompanhe na hora de fazer os pratos. É também de suma importância, que as pessoas cegas sejam ensinadas e estimuladas a se servirem sozinhas nas situações propícias, principalmente dentro das suas próprias residências.

Com iniciativas simples, vamos ajudando as pessoas cegas a conquistarem maior independência e autonomia, precisando menos do auxílio das pessoas videntes.

A postura adequada ao se sentar a mesa, o uso correto de talheres e o comer de modo apropriado, também são ensinamentos que devem começar desde cedo nas famílias e depois nos Centros de Educação Infantil e nas escolas. Ninguém nasceu sabendo essas e tantas outras habilidades humanas. No caso de crianças que nasceram cegas ou adquiriram cegueira na tenra idade, deve-se iniciar logo os ensinamentos relacionados aos cuidados pessoais. Se é necessário fazer isto, desde cedo, com crianças que enxergam, muito mais ainda com as crianças cegas.

Muitas vezes, equivocadamente, os pais, as mães, os professores e outros adultos que estão diretamente ligados às crianças cegas, pensam que a cegueira as impede de aprenderem a fazer praticamente tudo o que as crianças que enxergam podem e devem fazer com os nossos ensinamentos. Qualquer criança, cega ou não, se não for ensinada (ou educada), não vai aprender sozinha.

É importante também lembrar que quando pessoas jovens, adultas ou idosas adquirem cegueira, elas não perdem nada do que já sabiam. A perda da visão não compromete a locomoção ou o pensamento. Pessoas cegas são apenas cegas, não são surdas nem possuem deficiência intelectual. A não ser no caso de múltiplas deficiências.

Este é um dado muito interessante que, às vezes, passa despercebido por aqueles que enxergam. É evidente que essas pessoas precisarão fazer os

processos de reabilitação e aprender a conviver com esta nova realidade, a qual não atinge da mesma forma todas as pessoas que ficam cegas. Como as pessoas não são iguais e não reagem da mesma forma a problemas iguais ou semelhantes, no caso da cegueira ou da perda visual, as reações também não são iguais.

Existem pessoas que ficam cegas e logo dão a volta por cima, passam pelo processo de reabilitação e, não demoram muito, estão retornando a normalidade da vida. Existem outras que ficam cegas e por mais que se esforcem e contem com ajuda de profissionais, não conseguem superar a perda, ficando o resto da vida dependentes de outras pessoas.

Por isso, se faz necessário sempre lembrar que, se fisicamente a cegueira atinge por igual todas as pessoas que por ela são acometidas, pois todas deixam de enxergar, psicologicamente, a cegueira provoca manifestações diferentes porque as pessoas são diferentes e as reações também podem ser diferentes.

Temos consciência e reconhecemos que a cegueira não é pouca coisa na vida das pessoas. Todos que nasceram ou adquiriram cegueira, não escolheram ou pediram para ser cegas. No entanto, diferentemente de certas doenças que nos oferecem riscos claros de morte, o que implica dizer que são doenças vitais, a cegueira não mata ninguém. Aquilo que não me destrói me fortalece, dizem alguns estudiosos sobre a cegueira.

De fato, a experiência demonstra que a cegueira não é somente uma barreira, mas pode ser também uma força motriz, ou seja, muitas pessoas conseguem, apesar da cegueira, reunir forças suficientes para levar uma vida praticamente normal.

Muitas pessoas já estão tão acostumadas com a cegueira que não aceitariam renunciar a esta condição. Renunciar a cegueira seria como renunciar a sua própria vida.

“Em alguns cegos, como descreveu de maneira maravilhosa Scherbina, compensa-se organicamente o defeito, “cria-se como que uma segunda natureza” (1916, p. 10) e eles encontram na vida, com todas as dificuldades relacionadas à cegueira, um encanto peculiar ao qual não aceitariam renunciar por nenhum bem estar pessoal. Isto significa que nos cegos a superestrutura psíquica compensa de um modo tão harmonioso a deficiência, que converte-se na base de sua personalidade; renunciar a deficiência significaria para eles renunciar a si mesmos”. (VIGOTSKI, 1997).

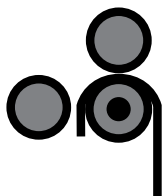
De fato, conhecemos muitas pessoas cegas que realmente conseguiram harmonizar os seus conflitos psicológicos com os conflitos sociais, de tal modo que elas não aceitariam por nada renunciar a sua nova condição. Essas pessoas não encaram a cegueira como uma carga, como uma cruz pesada, como um fardo insuportável de carregar, como muitas pessoas que enxergam ainda imaginam. Para elas, a cegueira é apenas mais um desafio como tantos outros que aparecem em nossas vidas e nós precisamos enfrentá-los e superá-los, porque a vida com os seus encantos, com ou sem a cegueira, todos os dias nos apresenta desafios e eles não podem ser simplesmente deixados de lado, como se não existissem.

Na realidade, a maior queixa das pessoas cegas tem muito mais a ver com a incompreensão das pessoas que enxergam. Alguém já disse muito acertadamente que as pessoas cegas compreendem mais as pessoas videntes do que estas as pessoas cegas.

Quando a pessoa cega e a pessoa vidente conseguem estabelecer relações em que a cegueira não é o ponto central nem tampouco a única preocupação de ambas as partes, as relações ficam mais equilibradas e os conflitos encarados como oportunidade de crescimento coletivo.

Por fim, realmente esperamos que este material sirva como subsídio na busca do estabelecimento de novas relações entre as próprias pessoas cegas e dessas com as pessoas videntes. Essas novas relações precisam estar embasadas em novos pressupostos filosóficos e em novos valores humanitários.

As mudanças já estão acontecendo e continuarão sendo feitas com a participação e contribuição de muitas pessoas, com ou sem deficiência visual. São mudanças significativas que estão colocando o IPC diante de novos desafios.



Referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Secretaria Especial dos Direitos Humanos Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília. Setembro de 2007.

Padura, Leonardo. 1955 - O homem que amava os cachorros; tradução Helena Pitta. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2013.

SILVEIRA BUENO, J. G. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

Vygotsky, Lev Semenovitch. Pensamento e linguagem. 2 ed. São Paulo, SP : M.Fontes, 2000.

VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de defectologia. In: Obras completas. Tomo V. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997. p. 74 - 87.



Av. Visconde de Guarapuava, 4186 - Batel - Curitiba - Paraná
Tel.: 55 (41) 3242-5487 - www.novoipc.org.br

APOIO



www.appsindicato.org.br